



2.10 • Nacionalismos e separatismos

Sem degelo na Transnístria

Lívia Franco

EM TIRASPOL, CAPITAL da pequena república separatista moldava da Transnístria, houve fortes manifestações de júbilo quando, a 20 de Março do ano passado, a Duma russa ratificou a anexação da Crimeia. Imediatamente, as autoridades parlamentares daquele território solicitaram a Moscovo o seu reconhecimento como parte integrante da Federação Russa. É verdade que o pedido não obteve resposta positiva, mas a esperança das populações da Transnístria não esmoreceu. Em vista dos acontecimentos que nos meses seguintes se desenvolveram na vizinha região do Donbas, no Leste da Ucrânia, tornou-se mais plausível a expectativa de que estava para breve a definição *de jure* do estatuto do seu território. E, contudo, no mesmo dia, Chisinau, capital da República da Moldávia, solicitava a Bruxelas que clarificasse as perspectivas de adesão à União Europeia. Também não sendo direta, a resposta não se fez porém esperar: em Abril é anunciada a liberalização do regime de vistos dos três milhões e meio de moldavos potencialmente interessados em viajar para o Espaço Schengen e, em Junho, ratificado o acordo de associação comercial UE-Moldávia, assinado em Novembro de 2013, em Vilnius, na véspera do início dos protestos no Euromaidan. Apesar de estas iniciativas das duas comunidades moldavas traduzirem inclinações opostas entre si, ambas encontram a sua razão de ser no mesmo facto: a atual competição geopolítica entre a Rússia e a União Europeia na faixa territorial que vai do mar Negro até ao Báltico.

Uma história complexa

Situada no Norte da Moldávia, entre a margem leste do rio Dniestre e a fronteira com a Ucrânia, a Transnístria – que significa literalmente “para lá do Dniestre” – é um território com cerca de 500 mil habitantes, cuja composição reflete bem a sua complexa localização geográfica. Caracterizada por uma grande heterogeneidade étnica – moldavos (32%), russos (30%), ucranianos (29%), búlgaros (2,5%) e outras minorias diversas (mais de 6%) – a população é, contudo, maioritariamente eslava (mais de 60%). Historicamente a região esteve associada ao Principado de Kiev (até meados do século XII) e ao Grão-Ducado da Lituânia (entre os séculos XVI a XVIII), e foi depois integrada no Império Russo pela assinatura do Tratado de Jassy (1792) que pôs fim à Guerra Russo-Otomana e consagrou o domínio dos russos naquela zona. Em 1924, no seguimento das profundas transformações político-administrativas iniciadas pela Revolução Bolchevique, o território – numa extensão próxima da atual Transnístria mais a cidade de Balta (atualmente parte da Ucrânia) – passou a designar-se República Socialista Soviética Autónoma da Moldávia e só mais tarde, em 1940,

por efeito dos protocolos secretos anexos ao famigerado Pacto Ribbentrop-Molotov, se transformava definitivamente na República Socialista Soviética da Moldávia (RSSM), já com a cobiçada Bessarábia entretanto retirada à Roménia.

No seguimento da invasão da União Soviética pelo III Reich em Junho de 1941, é a vez de a RSS da Moldávia ser ocupada pelas forças romenas do regime Antonescu aliadas dos Nazis. Estas conseguem não apenas recuperar a Bessarábia como avançar mais para leste, ocupando toda a zona que vai do rio Dniestre até ao rio Bug, incluindo a cidade de Odessa. É essa a extensa faixa territorial que fica sob feroz administração romena até 1944 e que adquire a designação administrativa de Transnístria. Nos três anos seguintes e, posteriormente, na ressaca pós-Grande Guerra Patriótica, as relações entre as populações moldavas das duas comunidades, e destas com os outros grupos étnicos da região, vão agudizar-se. Desde o início da ocupação nazi até ao final da Segunda Guerra Mundial, os moldavos da margem ocidental do Dniestre e da Bessarábia aliaram-se às forças romenas contra as outras populações locais, especialmente as eslavas e os judeus. Quando a guerra terminou e a fronteira regressou à linha de 1940, foi a vez de as autoridades soviéticas, agora vitoriosas, penalizarem fortemente, com o apoio das populações eslavas locais, os moldavos colaboracionistas, intensificando as políticas de sovietação. Entre as várias medidas então tomadas destaca-se uma: a obrigação do abandono por parte dos moldavos soviéticos da escrita da sua língua no alfabeto latino em prol do cirílico. Pretendia-se, claro está, acentuar as diferenças com os moldavos romenos e, ao mesmo tempo, aproximar os moldavos soviéticos das restantes populações eslavas.

“
É inegável o valor geopolítico da Transnístria para a Rússia.
”

Acontece que as populações dos territórios da margem ocidental do rio Dniestre tinham uma experiência histórico-política completamente diferente das da margem leste: parte integrante do Principado da Moldávia (desde o século XIV) e da Bessarábia histórica, tinham sido integradas na Roménia quando esta viu ser reconhecida a sua independência no último quartel do século XIX. Quer isto dizer, que as duas comunidades político-territoriais que agora coincidiam na república soviética da Moldávia, na verdade nunca tinham tido a experiência de viverem sobre a mesma adminis-

tração e o mesmo poder político. Além disso, a grande comunidade moldava ocidental continuava a estar na Roménia. De qualquer maneira, daí em diante a região viveu em relativa acalmia sob a autoridade soviética que, tal como noutras zonas da URSS, aí seguiu uma política férrea no que tocava a veleidades nacionalistas.

Da independência ao conflito congelado

Só com o advento da Perestroika e, sobretudo, da Glasnost, e o conseqüente surgimento das Frentes Populares nos últimos anos da década de 80, os sentimentos nacionalistas moldavos voltam a ganhar novamente expressão. A par das Frentes Populares dos Países Bálticos, a Frente Popular da Moldávia (FPM) é das que terá maior protagonismo no processo de implosão da URSS. Esse despertar nacionalista atingiu o seu ponto culminante no final de Agosto de 1989, quando a FPM consegue fazer passar a Lei da Língua que estabelece o regresso do moldavo escrito ao alfabeto latino e consagra uma identidade comum com o romeno. Entre 1990 e 1991, as elites moldavas da moribunda RSSM começam a defender publicamente o projeto de reunificação do seu território com a Roménia. Imediatamente as populações eslavas, como outras minorias, repeliram essas propostas. E, assim, quando em Agosto, no rescaldo do falhado *putsch* de Moscovo, a Moldávia declara a sua independência, a tensão interétnica e política passou a dominar a evolução dos acontecimentos. Como não poderia deixar de ser, a Roménia é o primeiro país a reconhecer o novo Estado. Mas rapidamente toda a comunidade internacional reconhece a nova República da Moldávia, incluindo depois a própria Federação Russa. Só que a guerra estava ao virar da esquina.

Em Março de 1992 eclode o conflito armado entre as forças moldavas e os insurgentes separatistas da margem esquerda do rio Dniestre que, entretanto, se haviam constituído na República Moldava da Transnístria (Pridnestrovia), com o seu próprio hino, bandeira e Constituição. Os moldavos são repelidos pelos separatistas apoiados pelas forças do 14º Exército Russo estacionado em Tiraspol. O cessar-fogo, assinado em Junho do mesmo ano, continua a vigorar na atualidade. Os militares russos continuam também no terreno sob a designação de Grupo Operacional de Forças Russas (GOFR), tendo-se transformado entretanto na força de manutenção da paz na área. Vinte e três anos volvidos, a situação em nada se alterou e, à semelhança da Abecásia, da Ossétia do Sul e do Nagorno-Karabakh, o conflito encontra-se «congelado», na terminologia da OSCE.

Espaço territorial exíguo (4.163 km²) e pobre em recursos naturais, a Transnístria tem o russo como língua dominante e uma profunda dependência



A Transnístria e a Gaugázia no xadrez da região.

política e económica da Federação Russa. Sem os fundos decorrentes da revenda do gaz fornecido por esta última, sem as remessas dos imigrantes nesse país e sem a assistência financeira russa (cerca de 70% do seu orçamento anual), o território estaria na bancarrota. O sistema de pensões de uma população envelhecida é sustentado pela Rússia. A indústria que é a principal atividade económica possui infraestruturas ultrapassadas e não competitivas. Além do mais, como entidade sem reconhecimento internacional, a Transnístria não é membro ou parte de nenhuma organização ou convenção internacional. A vida neste território é dura pelos padrões internacionais e está especialmente marcada por uma grande nostalgia dos tempos soviéticos.

A Moldávia e a Transnístria

Do outro lado do rio, na Moldávia, o panorama é bem diferente. Vista nos últimos anos como o caso de sucesso da Parceria Oriental – o programa da União Europeia que procura facilitar e estreitar as relações com seis países do ex-espço soviético (e que além da Moldávia inclui a Arménia, o Azerbaijão, a Bielorrússia, a Geórgia e a Ucrânia) – tem vindo a sofrer um processo de reindustrialização significativo em consequência do aumento do investimento estrangeiro. Além disso, inaugurou com a Roménia um gasoduto (Iasi-Ungheni) que diminuirá a sua dependência energética da Rússia, estabelecendo uma ligação direta ao mercado energético europeu. Parte substancial da rede viária do país sofreu obras. Tem vindo a implementar reformas variadas em áreas como a justiça, a administração interna e a educação. Entre 2010 e 2013 a sua economia teve taxas de crescimento entre 6% e 8%. Estas transformações estão em grande parte associadas ao apoio externo vindo da Europa, mas não teriam sido possíveis sem a eleição, em 2009, de um governo de coligação com uma agenda abertamente pró-europeia e que visa a futura integração do país na UE e na NATO. Com relações muito próximas com a Roménia – que, por sua vez, é o país da União Europeia

que mais tem feito avançar a causa moldava –, a Moldávia tem inversamente relações difíceis com a Federação Russa, constituindo a situação da Transnístria o espinho nesse relacionamento. Para Chisinau é indelmentível que se não fosse o apoio russo a questão do separatismo da Transnístria há muito que tinha sido resolvida. A solução mais provável teria sido a da concessão de um estatuto de autonomia semelhante ao outorgado à região da Gaugázia. Aliás, como os eslavos da Transnístria, também os gaugazes – população cristã ortodoxa de etnia turca que vive no sul da Moldávia – sempre se opuseram à integração do país na Roménia por essa possibilidade colocar em causa o seu estatuto autonómico (a Roménia não reconhece autonomia a nenhuma minoria étnica). Mas a contínua presença militar russa na região separatista do norte, bem como o avultado apoio financeiro que Tiraspol vai recebendo de Moscovo, constituem, na ótica dos moldavos, as razões essenciais para o conflito se manter inalterado há quase um quarto de século. Importa, contudo, acrescentar que com a passagem do tempo os moldavos se foram tornando mais indiferentes à situação da Transnístria. Para a grande maioria, o regresso daquele território à normalidade da administração de Chisinau deixou de constituir prioridade. Inversamente, muitos começam a temer que se isso vier a acontecer os custos económicos e sociais da reintegração da região sejam mais elevados que os benefícios.

A estratégia da Rússia

A anexação da Crimeia veio trazer novamente para a agenda europeia e para as páginas dos jornais a questão da Transnístria. Em 2014 o Kremlin tornou mais assertiva a sua política para o «estrangeiro próximo» e inaugurou uma agenda revisionista com a violação da integridade territorial e da soberania política da Ucrânia, desafiando abertamente as regras e os princípios da ordem europeia em vigor desde o final da Guerra Fria. Importa por isso compreender qual o lugar da Transnístria nessa mesma política.

O território separatista do norte da Moldávia faz claramente parte da zona de influência exclusiva que Moscovo quer garantir para si numa estratégia de influência pós-soviética e de afirmação euro-asiática. Não fazendo fronteira direta com a Federação Russa, aquele território funciona como uma guarda avançada na linha da frente do cordão sanitário com o Ocidente, cuja manutenção da integridade é uma prioridade para Moscovo. Precisamente por essa razão, a inclinação pró-europeia dos últimos anos da política moldava fez disparar os sinais de alarme no Kremlin, que reagiu em conformidade: desde 2013 embargou as exportações de vinho moldavo; ameaçou interditar total ou parcialmente os seus produtos agrícolas; aumentou os preços dos fornecimentos energéticos do país; ameaçou colocar restrições aos vistos de milhares de moldavos que trabalham na Rússia. O discurso político tornou-se mais ameaçador quando, em visita oficial a Chisinau, o vice-primeiro ministro russo Dmitri Rogozin declarou que “o comboio moldavo a caminho da Europa poderia perder alguns vagões” numa alusão velada à Transnístria e à Gaugázia.

É inegável o valor geopolítico da Transnístria para a Rússia. Resta saber se Moscovo detém a capacidade para continuar a sustentar uma situação como aquela. A significativa desvalorização do rublo em Janeiro de 2015, as consecutivas baixas do preço do petróleo, os custos do apoio aos separatistas ucranianos e as consequentes sanções económicas que os Estados Unidos e a União Europeia impuseram à Rússia no último ano trazem um ponto de interrogação como resposta a essa questão. Alguns indicadores recentes denotam mudanças em curso. Por exemplo, os vencimentos dos funcionários públicos transnístrios sofreram cortes de 20% e o sistema de pensões deixou de pagar complementos. Ambos são financiados por Moscovo. O futuro do apoio financeiro russo à Transnístria é uma incógnita.

Sem fim à vista

As últimas eleições legislativas na Moldávia vieram reforçar o clima de incerteza na região. Ao contrário do que aconteceu em 2009, no final de 2014 as forças partidárias pró-europeias mostraram-se incapazes de formar coligação governamental. Desta feita só foi possível constituir governo trazendo para a coligação o Partido Comunista Moldavo, liderado pelo vetusto Vladimir Voronin, homem do Kremlin em Chisinau, que conseguiu assegurar quase 22% dos votos. A opinião pública que nos últimos anos apoiara a agenda pró-europeia mostrou com o seu voto um maior ceticismo relativamente à opção europeia. Uma explicação plausível prende-se com as reformas entretanto efetuadas, que foram colocando em causa as oligarquias e os sistemas clientelares tradicionais, incomodando muitos dos interesses estabelecidos. Divididos entre a proposta democrática-liberal da Europa e o estatismo mais conservador da tradição ortodoxa propagada por Moscovo, os moldavos marcam passo e a Transnístria continua a viver numa situação *de facto*. ■